



FUNDAÇÃO SANTA CABRINI

Órgão Gestor do Trabalho Prisional

CONCURSO PÚBLICO

TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR

ADMINISTRAÇÃO

Data: 14/12/2014

Duração: 3 horas

Leia atentamente as instruções abaixo.

01- Você recebeu do fiscal o seguinte material:

a) Este **Caderno**, com 50 (cinquenta) questões da Prova Objetiva, sem repetição ou falha, conforme distribuição abaixo:

Língua Portuguesa	Conhecimentos de Legislação	Conhecimentos Específicos
01 a 15	16 a 30	31 a 50

b) Um **Cartão de Respostas** destinado às respostas das questões objetivas formuladas nas provas.

02- Verifique se este material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **Cartão de Respostas**. Caso contrário, notifique **imediatamente** o fiscal.

03- Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio do **Cartão de Respostas**, com caneta esferográfica de tinta na cor **azul** ou **preta**.

04- No **Cartão de Respostas**, a marcação da alternativa correta deve ser feita cobrindo a letra e preenchendo todo o espaço interno do quadrado, com caneta esferográfica de tinta na cor **azul** ou **preta**, de forma contínua e densa.

Exemplo: A B C D E

05- Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 (cinco) alternativas classificadas com as letras (A, B, C, D e E), mas só uma responde adequadamente à questão proposta. Você só deve assinalar **uma alternativa**. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta.

06- **Será eliminado** do Concurso Público o candidato que:

- Utilizar ou consultar cadernos, livros, notas de estudo, calculadoras, telefones celulares, pagers, walkmans, régua, esquadros, transferidores, compassos, MP3, Ipod, Ipad e quaisquer outros recursos analógicos.
- Ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando o **Cartão de Respostas**.

Observações: Por motivo de segurança, o candidato só poderá retirar-se da sala após 1 (uma) hora a partir do início da prova.

O candidato que optar por se retirar sem levar seu Caderno de Questões não poderá copiar sua marcação de respostas, em qualquer hipótese ou meio. O descumprimento dessa determinação será registrado em ata, acarretando a eliminação do candidato.

Somente decorrida 2 horas de prova, o candidato poderá retirar-se levando o seu Caderno de Questões.

07- Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **Cartão de Respostas**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no **Caderno de Questões** não serão levados em conta.

LÍNGUA PORTUGUESA

A FALÁCIA DA GUERRA PELA ÁGUA

Internacionalmente, não existem registros de conflitos por disputa de recursos hídricos, apenas algumas tensões políticas ou diplomáticas em alguns casos específicos. A maior parte das 261 bacias internacionais existentes no mundo é gerida por meio de acordos que asseguram o compartilhamento de suas águas.

É o caso do Tratado de Cooperação da Bacia Amazônica, o Tratado da Bacia do Prata, a Comissão Internacional para Proteção do Rio Danúbio (Europa), a Iniciativa da Bacia do Nilo (África), o Protocolo de Damasco, assegurando o compartilhamento das águas do Rio Eufrates (Oriente Médio), Tratado de Paz entre Israel e Jordânia acerca do compartilhamento do Rio Jordão, entre outros. O mundo já entende que uma bacia hidrográfica deve ser gerida enquanto sistema integrado, independentemente das fronteiras políticas que possa abranger. Observe que, mesmo em áreas onde o recurso hídrico é mais escasso, nunca houve a chamada guerra pela água, nem há perspectiva de que haja, já que as soluções técnicas e de planejamento estão se tornando mais eficientes e mais baratas, sobretudo se comparadas aos custos de uma guerra. Paula Duarte Lopes, em *Água no Século XXI: Desafios e oportunidades*, afirma: “No que diz respeito à água, a última guerra – no sentido clássico do termo – registrada teve lugar entre duas cidades-Estado na Suméria antiga (Umma e Lagash), em 2500 a.C. Não existe qualquer registro histórico de outra guerra entre entidades políticas autônomas ou explicada por motivos hídricos”.

O especialista turco em hidropolítica Dursun Yildiz converge com essa opinião ao afirmar que, “quando olhamos para os trabalhos acadêmicos, podemos ver claramente que a tese da realização da guerra da água parece quase impossível. Esse conceito é mais publicado em revistas e jornais populares”. Afirmar que a água vai acabar, como já vimos, é uma insensatez malthusiana, e atribuir conflitos a uma eventual escassez atende apenas a interesses midiáticos, políticos e ideológicos, pois não se assenta em base científica, mas em uma perspectiva fatalista que talvez tenha maior valor de mercado.

Luiz Antonio Bittar Venturi

(Extraído de: <http://www.cartanaescola.com.br/single/show/456>)

01. A primeira ideia apresentada pelo autor para se contrapor à tese de uma “guerra pela água” se sustenta no argumento de que, na verdade, há:

- A) desperdício inconsequente desse recurso natural
- B) falta de planejamento em sua distribuição entre as regiões
- C) ausência de acordos internacionais efetivos nessa matéria
- D) tensões políticas restritas a algumas regiões pontuais do planeta
- E) negligência dos governantes do chamado terceiro mundo

02. De acordo com o texto, quem defende a ideia de “guerra pela água” supõe que:

- A) esse recurso natural vai acabar
- B) os governos não devem interferir nessa matéria
- C) uma guerra é mais barata do que acordos internacionais
- D) essa é uma realidade antiga na história da humanidade
- E) não há tecnologia eficiente para o tratamento da água

03. Uma palavra que marca um claro distanciamento do autor em relação à disputa por recursos hídricos está adequadamente destacada em:

- A) “É o **caso** do Tratado de Cooperação da Bacia Amazônica” (2º parágrafo)
- B) “assegurando o **compartilhamento** das águas do Rio Eufrates” (2º parágrafo)
- C) “em áreas onde o recurso hídrico é mais **escasso**” (2º parágrafo)
- D) “nunca houve a **chamada** guerra pela água” (2º parágrafo)
- E) “O especialista turco em **hidropolítica** Dursun Yildiz converge com essa opinião” (3º parágrafo)

04. Para o autor, a ampla divulgação da tese de que haveria uma “guerra pela água” se deve principalmente a:

- A) registros históricos encontrados recentemente
- B) estudos cientificamente comprovados
- C) fracasso de intervenções diplomáticas
- D) demagogia do discurso eleitoral
- E) alardes da imprensa popular

05. No primeiro parágrafo, a segunda frase estabelece em relação à primeira frase a seguinte relação:

- A) indica uma opinião mais generalista
- B) comprova com dado objetivo
- C) narra um episódio particular
- D) refuta uma afirmação anterior
- E) manifesta um dilema do autor

06. No segundo parágrafo, a enumeração de Tratados Internacionais tem o objetivo de:

- A) explicitar um ponto de vista oposto ao do autor
- B) exibir um conhecimento desnecessário à discussão
- C) reiterar as deficiências da diplomacia na atualidade
- D) justificar a ausência de planejamento governamental
- E) reforçar a existência de uma gestão compartilhada da água

07. No terceiro parágrafo, uma palavra que revela um julgamento negativo do autor é:

- A) claramente
- B) insensatez
- C) conflitos
- D) eventual
- E) midiáticos

08. O emprego do advérbio “internacionalmente” (1º parágrafo) evidencia uma ideia de:

- A) tempo
- B) perspectiva
- C) consequência
- D) condição
- E) explicação

09. Em “é gerida por meio de acordos que asseguram o compartilhamento de suas águas” (1º parágrafo), a palavra “que” retoma uma expressão anterior. O mesmo processo ocorre com a palavra “que” no seguinte fragmento:

- A) “O mundo já entende que uma bacia hidrográfica”
- B) “Observe que, mesmo em áreas onde o recurso hídrico é mais escasso”
- C) “nem há perspectiva de que haja”
- D) “podemos ver claramente que a tese da realização da guerra da água”
- E) “uma perspectiva fatalista que talvez tenha maior valor de mercado”

10. Uma palavra que contém uma clara intenção crítica é:

- A) compartilhamento
- B) independentemente
- C) planejamento
- D) histórico
- E) fatalista

11. No primeiro parágrafo, o verbo “existem” está no plural, porque concorda com:

- A) internacionalmente
- B) registros de conflitos
- C) disputa
- D) recursos hídricos
- E) alguns casos específicos

12. Em “já que as soluções técnicas e de planejamento estão se tornando mais eficientes e mais baratas” (2º parágrafo), o conectivo destacado expressa o valor semântico de:

- A) explicação
- B) consequência
- C) causa
- D) condição
- E) proporcionalidade

13. No segundo parágrafo, o emprego dos travessões tem o objetivo de:

- A) delimitar o significado de um termo
- B) apresentar uma referência bibliográfica
- C) indicar uma contestação natural
- D) introduzir um comentário contraditório
- E) reivindicar uma ideia ultrapassada

14. No trecho “uma bacia hidrográfica deve ser gerida enquanto sistema integrado”, a palavra “enquanto” pode ser substituída, mantendo a ideia global da frase, por:

- A) na proporção de
- B) ao mesmo tempo em que
- C) na condição de
- D) simultaneamente a
- E) ao contrário de

15. Em “mesmo em áreas onde o recurso hídrico é mais escasso” (2º parágrafo), a palavra “mesmo” é invariável. Essa palavra pode variar em gênero e número em:

- A) Ele mesmo reconheceu a gravidade de seu erro.
- B) O profissional não fez mesmo o que era esperado.
- C) O jovem não gosta de ficar em casa mesmo em dias de chuva.
- D) Mesmo observando as condições adversas, o rapaz decidiu mudar-se.
- E) O parecer confirmou não ser mesmo possível realizar o procedimento.

CONHECIMENTOS DE LEGISLAÇÃO

16. Segundo o Decreto Estadual nº 41.425, de 06 de agosto de 2006, que altera e consolida o Estatuto da Fundação Santa Cabrini-FSC, o Conselho de Administração da FSC contará com a participação da seguinte autoridade:

- A) um Subsecretário de Gestão de Pessoal
- B) um Desembargador da 3ª Câmara Penal do TJ
- C) um Procurador do Tribunal de Contas do Estado
- D) um representante da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
- E) um Juiz Federal

17. Segundo o Art. 1º da Lei Estadual nº 4.984, de 11 de janeiro de 2007, a parcela da remuneração do trabalho realizado pelos apenados destinada à indenização dos danos causados pelo crime, quando determinados judicialmente e não reparados por outros meios, será de:

- A) 15%
- B) 20%
- C) 30%
- D) 5%
- E) 40%

18. Nos termos da Lei de Execuções Penais, Lei Federal nº 7.210, de 11 de julho de 1984, a assistência ao preso terá, dentre outras, a seguinte natureza:

- A) material, que não inclui o direito a vestimentas e alimentação
- B) à saúde, que terá caráter somente curativo
- C) religiosa, desde que não contrarie a religião praticada pela diretoria do presídio
- D) educacional, que compreenderá a instrução básica e a formação profissional do preso e do internado
- E) jurídica, destinada a qualquer preso ou internado que necessitar de advogado

19. Segundo o Decreto Estadual nº 2.479, de 08 de março de 1979, a investidura em cargo em comissão, integrante do Grupo I – Direção e Assessoramento Superiores – DAS, ocorrerá com:

- A) a posse
- B) o exercício
- C) a nomeação
- D) a designação
- E) a homologação

20. O retorno ao serviço público estadual do funcionário colocado em disponibilidade é denominado:

- A) reintegração
- B) aproveitamento
- C) readaptação
- D) recondução
- E) reinvestidura

21. Nos termos da Lei Estadual nº 5.427/2009, aplica-se ao instituto da delegação o seguinte normativo:

- A) O ato de delegação e sua revogação deverão ser publicados no portal da transparência.
- B) A delegação não poderá ser admitida por meio de convênio ou outros atos multilaterais.
- C) As decisões adotadas por delegação devem mencionar explicitamente esta qualidade e considerar-se-ão editadas pelo delegante.
- D) O ato de delegação é revogável em até 30 dias de sua edição por qualquer autoridade pública estadual.
- E) A delegação será admitida por tempo determinado somente nas situações previstas em lei específica.

22. Nos termos da Lei nº 5.427/2009, pode ser arguida a suspeição de autoridade ou agente que:

- A) tenha interesse direto ou indireto na matéria ou na solução do processo
- B) seja cônjuge, companheiro, parente ou afim até o terceiro grau de qualquer dos interessados
- C) tenha participado do processo ou dele venha a participar como perito, testemunha ou representante ou se tais situações ocorrerem quanto a qualquer das pessoas indicadas no artigo anterior
- D) esteja litigando judicial ou administrativamente com o interessado ou com qualquer das pessoas indicadas no artigo anterior
- E) tenha amizade íntima ou inimizade notória com algum dos interessados ou com os respectivos cônjuges, companheiros, parentes e afins até o terceiro grau

23. Nos termos da Constituição Federal de 1988, são considerados crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça e anistia:

- A) a ação de grupos armados contra a ordem constitucional
- B) os definidos como crimes hediondos
- C) a ação de militares contra o Estado Democrático de Direito
- D) a prática de atos de improbidade administrativa
- E) o racismo e os crimes políticos

24. O auditor do Tribunal de Contas da União, quando no exercício das demais atribuições da judicatura, terá as mesmas garantias e impedimentos da seguinte autoridade:

- A) Ministro do STJ
- B) Ministro do STF
- C) Desembargador do TJ
- D) Juiz do Tribunal Regional Federal
- E) Procurador do Estado

25. São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, entre outros, que visem à melhoria de sua condição social:

- A) irredutibilidade do salário, protegido da disposição em convenção ou acordo coletivo
- B) remuneração do trabalho diurno superior à do noturno
- C) garantia de salário, nunca superior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável
- D) seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário
- E) décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria

26. Nos termos da Lei Federal nº 8.429/92, constitui ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário:

- A) permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado
- B) receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indiretamente, para omitir ato de ofício, providência ou declaração a que esteja obrigado
- C) incorporar, por qualquer forma, ao seu patrimônio bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial de entidades públicas
- D) receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indireta, para fazer declaração falsa sobre medição ou avaliação em obras públicas
- E) utilizar, em obra ou serviço particular, veículos, máquinas, equipamentos ou material de qualquer natureza, de propriedade ou à disposição de qualquer entidade ou ente do Poder Público

27. Ressalvados os casos de inexigibilidade de licitação, os contratos para a prestação de serviços técnicos profissionais especializados deverão, preferencialmente, ser celebrados mediante a realização de:

- A) concorrência pública
- B) tomada de preços
- C) concurso
- D) pregão
- E) carta-convite

28. A modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas denomina-se:

- A) convite
- B) pregão eletrônico
- C) concorrência
- D) tomada de preços
- E) concurso público

29. É dispensável a licitação para contratação de obras e serviços de engenharia cujo valor da contratação não seja superior a:

- A) R\$ 15.000,00
- B) R\$ 8.000,00
- C) R\$ 65.000,00
- D) R\$ 150.000,00
- E) R\$ 30.000,00

30. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

- A) o objeto de execução, salvo os seus elementos característicos
- B) o regime de execução, mas não a forma de fornecimento
- C) os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso
- D) o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação institucional
- E) as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, sendo exigidas somente as cauções em dinheiro

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. A criação de um órgão público, atribuindo-lhe atividades, recursos financeiros, tecnológicos e humanos, dentre outros, para a consecução de fins específicos, corresponde à aplicação da atividade administrativa denominada:

- A) descentralização
- B) organização
- C) direção
- D) planejamento
- E) controle

32. No processo administrativo, a atividade de controle apresenta como primeira etapa:

- A) a avaliação do desempenho atual
- B) a elaboração de indicadores
- C) o estabelecimento de objetivos e padrões de desempenho
- D) a tomada de ações corretivas
- E) a comparação do desempenho atual com a execução

33. Dentre as formas de preenchimento do hiato de planejamento, não se pode destacar:

- A) a melhoria das operações atuais
- B) o desenvolvimento de novos produtos
- C) a diversificação
- D) o desenvolvimento de novos mercados
- E) a política de capacitação dos colaboradores

34. São princípios da Teoria Clássica de Henry Fayol:

- A) a disciplina e a execução
- B) o preparo e a cadeia de comando
- C) a imparcialidade e a descentralização
- D) a disciplina e o espírito de equipe
- E) a ordem e o planejamento

35. Na Teoria Geral dos Sistemas, o princípio segundo o qual a causa é uma condição necessária, mas nem sempre suficiente ao surgimento de um efeito é o princípio:

- A) da probabilidade
- B) da teleologia
- C) do expansionismo
- D) da possibilidade contingencial
- E) do pensamento sintético

36. São vantagens da burocracia, segundo Weber:

- A) a internalização das regras
- B) a categorização como base do processo decisório
- C) a resistência às mudanças
- D) a redução de atrito entre pessoas
- E) o excesso de formalismo

37. É possível associar ao *Public Service Orientation – PSO* as seguintes características da administração gerencial:

- A) foco na eficiência administrativa; público-alvo considerado cliente da administração pública
- B) foco no cidadão-cliente; busca pela efetividade administrativa
- C) foco no cidadão; garantia da equidade
- D) *accountability* governamental; qualidade dos serviços públicos
- E) efetividade das políticas públicas; *accountability* governamental

38. No modelo gerencial brasileiro, foi proposta a divisão do aparelho do Estado em quatro setores. Para o setor de serviços não exclusivos, o tipo de propriedade ideal é a:

- A) privada
- B) pública-privada
- C) estatal
- D) pública não estatal
- E) mista

39. O patrimonialismo se caracterizava por apresentar:

- A) foco na eficiência administrativa
- B) manifestação da dominação tradicional
- C) reação à ausência de profissionalismo
- D) privilégio à meritocracia
- E) formalismo exagerado

40. O tipo de estrutura organizacional em que as unidades podem ser criadas temporariamente para lidar com um problema específico ou decidir sobre certos assuntos é denominada:

- A) estruturas funcionais
- B) estrutura por projetos
- C) organização em rede
- D) estrutura em linha
- E) organizações em comitê

41. São características das organizações virtuais:

- A) emprego de um grande número de pessoas
- B) custos elevados em funções de suporte
- C) cadeia de comando extensa
- D) diversidade variável de alianças estratégicas
- E) amplitude de controle reduzida

42. A estrutura organizacional adequada a organizações que realizam operações que se aplicam a muitos produtos e serviços, áreas geográficas, consumidores e processos de trabalho é a:

- A) divisional
- B) por produtos ou serviços
- C) por área geográfica
- D) funcional
- E) por processos

43. Existe um tipo de poder que pode ser adquirido por associação. Significa dizer que o poder de um indivíduo pode não derivar de sua personalidade, mas da pessoa a quem ele está associado ou mantém um relacionamento. Essa definição trata-se do poder de:

- A) estima
- B) social
- C) especialista
- D) carismático
- E) referência

44. O líder que adota um comportamento orientado para o funcionário:

- A) preocupa-se em definir a execução da tarefa com a participação do colaborador
- B) foca a construção de um clima organizacional favorável
- C) tem sua liderança prejudicada por tarefas bem estruturadas
- D) acompanha constantemente o desempenho do servidor
- E) monitora permanentemente o alcance das metas definidas

45. A teoria segundo a qual as consequências do comportamento de uma pessoa determinam o nível de motivação é a teoria:

- A) da expectância
- B) da avaliação cognitiva
- C) dos fatores higiênicos
- D) do reforço
- E) da equidade

46. No ciclo de gestão do PPA 2012-2015 do Governo do Estado do Rio de Janeiro, todo o processo é iniciado com a:

- A) definição de objetivos
- B) elaboração dos programas
- C) identificação de um problema
- D) elaboração da portaria de autorização
- E) revisão dos programas executados no ciclo anterior

47. É uma norma a ser observada no processo de elaboração do orçamento anual:

- A) avaliação da situação financeira e atuarial dos regimes geral de previdência social e próprio dos servidores públicos e do Fundo de Amparo ao Trabalhador
- B) a permissão para inclusão de emendas por associações e sindicatos, desde que compatíveis com o PPA e a LDO
- C) a inclusão do demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado
- D) a inclusão do anexo de metas fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública
- E) a inclusão da reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definida com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias

48. Na verificação do atendimento dos limites para despesa com pessoal definidos no Art. 19 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000), **não** serão computadas as despesas:

- A) de indenização por demissão de servidores ou empregados
- B) decorrentes de decisão judicial e da competência apurada no mês de referência e nos onze meses anteriores
- C) relativas a incentivos à demissão voluntária
- D) com pessoal, do Distrito Federal e dos Estados do Amapá e Roraima, custeadas com recursos transferidos pela União
- E) com inativos, custeadas por recursos provenientes da arrecadação de contribuições dos segurados

49. São consideradas transferências correntes:

- A) auxílios e contribuições
- B) amortizações da dívida
- C) contribuições da previdência social
- D) operações de crédito
- E) concessões de empréstimos

50. Nos termos da Lei nº 4.320/64, são despesas de capital classificadas como investimentos:

- A) aquisição de Imóveis
- B) participação em constituição ou aumento de capital de empresas ou entidades comerciais ou financeiras
- C) aquisição de títulos representativos de capital de empresa em funcionamento
- D) concessão de empréstimos
- E) serviços em regime de programação especial